

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 78ª Reunião Ordinária da CT-PL

Cooperativa Agropecuária de Insumos de Holambra – Holambra/SP– 06/03/2020 – 9h30min

Membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Representação por procuração
01	IGAM - MG	Thiago Figueiredo Santana	Titular	Ausente	
	IEF	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Justificou	
02	SIMA	Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo dos Comitês PCJ)	Titular	Justificou	
		André Luiz Sanchez Navarro (Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ e Coordenador da CT-PB)	Titular	Presente	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Ausente	
		José Ferreira Assis	Suplente	Justificou	
03	Secretaria da Fazenda	Afonso Celso Rocha Mastrelli	Titular	Justificou	
		Luiz Henrique Martins Moreira	Titular	Ausente	
	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Suplente	Presente	
		Mara Regina S. Ramos	Suplente	Ausente	
04	Secretaria de Desenvolvimento Regional	Gabriel Chamma Júnior	Titular	Presente	
		Alexandre Roberto Seabra Dutra	Titular	Ausente	
	Secretaria de Desenvolvimento Social	Maria Aparecida Ribeiro Germek	Suplente	Justificou	
		Ana Maria Leme da Silva Sampaio	Suplente	Justificou	
05	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Denis Herisson da Silva	Titular	Presente	
		Gustavo Ferraz de Arruda Vieira	Titular	Presente	
	CODASP	Thomas Henrique da Cunha Daroz	Suplente	Ausente	
		Osvaldo Minoru Iamamoto	Suplente	Ausente	
06	Secretaria de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Titular	Presente	
		Marcos César Prado	Titular	Ausente	
	DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia	Suplente	Presente	
		Felipe Gobet de Aguiar	Suplente	Presente	
07	P. M. de Limeira	Mário Celso Botion	Titular	Ausente	
		Paulo Trigo Ferreira	Titular	Justificou	
	P. M. de Campinas	Jonas Donizette Ferreira	Suplente	Ausente	
		Rogério Menezes	Suplente	Presente	
08	P.M. de Saltinho	Carlos Alberto Lisi	Titular	Ausente	
		Ariella Machado de Oliveira Montebello (Coordenadora da CT-SA)	Titular	Presente	
	P. M. de Cabreúva	Henrique Martin	Suplente	Ausente	
		Rosimeire Rabelo Santos Timporim	Suplente	Justificou	
09	P. M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta	Titular	Ausente	
		Thiago Silvério da Silva	Titular	Presente	
	P.M. de Santa Maria da Serra	Narciso Benedito Bistafa	Suplente	Ausente	
		Persão Magossi	Suplente	Ausente	
10	P. M. de Itatiba	Douglas Augusto Pinheiro de Oliveira	Titular	Ausente	
		José Roberto Fumach	Titular	Ausente	
	P. M. de Atibaia	Saulo Pedroso de Souza	Suplente	Ausente	
		Fabiane Cabral da Costa Santiago	Suplente	Justificou	
11	P. M. de Holambra	Fernando Fiori de Godoy	Titular	Presente	
		Petrus Bartholomeus Weel (Coordenador-adjunto da CT-RN)	Titular	Presente	
	P. M. de Amparo	Luiz Oscar Vitale Jacob	Suplente	Ausente	
		Laura Petri Geraldino	Suplente	Justificou	
12	P. M. de Toledo	Édio Donizeti Leme	Titular	Ausente	
		Damião Aparecido do Couto	Titular	Presente	
	P. M. de Camanducaia	Edmar Cassalho Moreira Dias	Suplente	Ausente	
		Ariane Cristina da Silva	Suplente	Ausente	
13	ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 78ª Reunião Ordinária da CT-PL

Cooperativa Agropecuária de Insumos de Holambra – Holambra/SP – 06/03/2020 – 9h30min

		Paulo Roberto S. Tinel (Coordenador-adjunto da CT-MH)	Suplente	Presente	
14	SABESP	Antônio Carlos Teixeira	Titular	Presente	
		Maurício Polezi	Titular	Ausente	
	ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão	Suplente	Justificou	
		Ricardo Miranda Barcia Filho	Suplente	Ausente	
15	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella (Coordenador da CT-MH)	Titular	Ausente	
	UNICA	André Elia Neto	Suplente	Presente	
16	CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti	Titular	Presente	
	CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno	Suplente	Presente	
17	Sindicato Rural de Campinas	Luis Fernando Amaral Binda	Titular	Presente	
	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi (Coordenador da CT-Rural)	Suplente	Presente	
18	FIEMG	Laene Fonseca Vilas Boas	Titular	Ausente	
		Kamila Vilela Barros Santos	Suplente	Presente	
	COPASA	Cristiane Godoy de Salles	Titular	Ausente	
19	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
		Jussara Cordeiro Santos	Titular	Ausente	
	INEVAT	Francisco Antonio Moschini	Suplente	Justificou	
20	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Titular	Justificou	
		Gilda Carneiro Ferreira	Titular	Ausente	
	IPSA-C	Waldemar Bóbbio	Suplente	Ausente	
21	Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi (Coordenador-adjunto da CT-ID)	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
22	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto (Coordenador-adjunto da CT-SA)	Titular	Presente	
	AEJ	Luiz Carlos Piccione	Suplente	Presente	
23	IPE	Andrea Pupo Bartazini	Titular	Presente	p/ Tiago Pavan Beltrame
	Mackenzie (Campinas)	Rosani Franco de Faria Novaes	Suplente	Ausente	
		Luciano de Assis	Suplente	Ausente	
24	BIOSS	Sidney José da Rosa	Titular	Presente	
	Circuito Serras Verdes	Clodoaldo Antonio da Costa	Suplente	Ausente	

Membros sem direito a voto				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CT-AS	IPT	José Luiz Albuquerque Filho	Coordenador-adjunto	Justificado
CT-EA	ASSEMAE	Ana Lúcia F. R. Vieira	Coordenadora	Presente
	DE Piracicaba	Fernando César Grion	Coordenador-adjunto	Justificado
CT-ID	EESC/SHS	Tadeu Fabrício Malheiros	Coordenador	Justificado
CT-INDÚSTRIA	CIESP	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Justificado
	CIESP	Jorge Marino Galgaro	Coordenador-adjunto	Justificado
CT-MH	SANASA	Luís Filipe Rodrigues	Secretário	Presente
CT-OL	DAEE	Cecília de Barros Aranha	Coordenadora	Presente
CT-PB	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Coordenadora-adjunta	Presente
	DAEE	Viviane Maria Beduschi de Arantes	Secretária	Presente
CT-RN	IZ	João José A. de Abreu Demarchi	Coordenador	Presente
CT-SAM	IPSA-C	Luciana de Souza	Coordenadora-adjunta	Presente
	IPSA-C	Dilza Aparecida Nalin de Oliveira Leite	Secretária	Presente

Demais presentes	
Sigla da Entidade	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sergio Razera (Diretor-presidente)

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 78ª Reunião Ordinária da CT-PL

Cooperativa Agropecuária de Insumos de Holambra – Holambra/SP– 06/03/2020 – 9h30min

	Ivens de Oliveira (Diretor Administrativo e Financeiro)
	Patricia Gobet de Aguiar Barufaldi (Diretora Técnica)
	Eduardo Cuoco Léo
	Elaine Franco de Campos
	Aline Doria de Santi
	Bruno Font Aranda
	Ivan Gerdzijauskas
	Kaique Duarte Barretto
	Juliana Prado Guilmo
	Marcos Eduardo Cazzonatto
	Thamiris Cardoso
	Tiago Valentim Georgette
ANA	Osman Silva
P.M. de Saltinho	Caroline Almeida Goes
WS Consultores	Merandolino Boaventura de Santana Neto
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico
IPSA-C	Dejanira F. de Angelis
SAAE São Pedro	Giovane H. Gonzalo
Cooperativa de Holambra	Fernando Ruiter
P.M. de Holambra	Wilson Barbosa
Secretaria de Desenvolvimento Regional SP	Thiago Guimarães
Rotary Cidade Azul	Dejanira F. de Angelis
CIRRA/USP	Luana Di Beo
	Mauricio Cabral
	José Carlos Mierzwa
SIMA (SMA)	Laura Stela Naliato Perez

1. Pauta e abertura: a convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por meio de mensagem eletrônica em 28/02/2020. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. André Luiz Sanchez Navarro (Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ e Coordenador da CT-PB) que justificou a ausência do Sr. Luiz Roberto Moretti, Coordenador da CT-PL e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, por motivo de saúde. O Sr. André cumprimentou a todos e agradeceu a Cooperativa Agropecuária de Insumos de Holambra pela cessão do espaço. Logo após, convidou o Sr. Fernando Fiori de Godoy, Prefeito Municipal de Holambra, que deu as boas-vindas e ressaltou o trabalho conjunto com os Comitês PCJ e Agência das Bacias PCJ na implantação de ações em saneamento rural no município de Holambra/SP, um dos primeiros municípios brasileiros a possuir Plano Municipal para essa área. **2. Informes: 2.1. da Secretaria Executiva dos Comitês:** o Sr. André informou que: **a)** A Secretaria Executiva dos Comitês PCJ participou da Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) no dia 20 de dezembro de 2019, no auditório do CONSEMA,

na sede da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo (SIMA). Nesta reunião, foi apresentado, dentre outros assuntos, o Relatório Técnico “Acompanhamento do atendimento às metas de atualização do enquadramento em trechos do Rio Jundiá”, que será também apresentado conforme pauta desta reunião; **b)** O Consórcio PCJ foi eleito, como representante titular, no segmento “Organizações Não Governamentais” do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e sua participação nesta vaga, conforme anunciado anteriormente pelo secretário-executivo da entidade, o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, será compartilhada com os Comitês PCJ, Agência das Bacias PCJ e outras entidades afins que atuam nas Bacias PCJ. Assim, assumiram vagas no CNRH, representando os Comitês PCJ e a Agência das Bacias PCJ, os seguintes representantes: Câmara Técnica de Planejamento e Articulação Intersetorial (CTPA) – o Sr. André Luiz Sanchez Navarro (SIMA), como 1º suplente; Câmara Técnica de Outorgas e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTOC) – o Sr. Paulo Roberto Szeligowski Tinel (SANASA) como titular e o Sr. Ivens de Oliveira (Agência PCJ) como 2º suplente;

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 78ª Reunião Ordinária da CT-PL

Cooperativa Agropecuária de Insumos de Holambra – Holambra/SP– 06/03/2020 – 9h30min

Câmara Técnica de Educação, Informação e Ciência e Tecnologia (CTECT) – a Sra. Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira (SANASA), como 2ª suplente; Câmara Técnica de Segurança de Barragens (CTSB) – o Sr. Felipe Gobet de Aguiar (DAEE), como 1º suplente. No segmento “comitês de bacias hidrográficas de rios de domínio da União”, foi eleito, como titular, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBH-SF), com o Sr. André Luiz Sanchez Navarro (SIMA) como representante titular na Câmara Técnica de Integração com a Gestão Ambiental e Territorial (CTIGAT). Já em vaga disponibilizada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo (CRH) no segmento dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, o Sr. Luiz Roberto Moretti (DAEE) assumiu como titular na Câmara Técnica de Outorgas e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTOC); c) No dia 15 de janeiro, foi realizada reunião com os segmentos do Estado e dos Municípios para composição das Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos no biênio 2019-2021. Membros dos Comitês PCJ assumiram vagas disponibilizadas pelo município de Campinas/SP, representante suplente do 11º agrupamento territorial de São Paulo no CRH. São eles: Sra. Ariella Machado de Oliveira Montebello (P.M. Saltinho/SP) como representante suplente na Câmara Técnica de Planejamento (CTPLAN); a Sra. Meire Menezes Bassan (P.M. Limeira/SP) como representante titular na Câmara Técnica de Proteção das Águas (CTPA); o Sr. José Antônio Luciano (P.M. Salto/SP) como representante titular e o Sr. Rildo José Sanches (P.M. Sumaré/SP) como representante suplente na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS); e a Sra. Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira (SANASA) na Câmara Técnica Educação Ambiental (CTEA). O Sr. Paulo Roberto Szeligowski Tinell, coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ, representando a SANASA na vaga disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Campinas, assumiu como representante titular na Câmara Técnica de Cobrança (CTCOB); e o Sr. Luís Filipe Rodrigues, secretário da CT-MH, assumiu como representante titular na Câmara Técnica de Usos Múltiplos (CTUM). d) Foi assinado no dia 22 de janeiro, o contrato entre a SIMA e a ANA objetivando a transferência de recursos

financeiros do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS). O Programa possui como objetivo contribuir para a consolidação dos colegiados como espaços efetivos de implementação da política de recursos hídricos e possui metas em capacitação, comunicação, funcionamento e implementação de instrumentos. O ano de 2020 será o primeiro período de implementação e, como forma de dar início aos trabalhos, a Coordenadoria de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRHi) solicitou que os CBHs elaborassem plano de trabalho sucinto vinculado às metas do Programa. Dessa forma, foi encaminhado documento ao CRHi constando alguns dos eventos a serem realizados pelas Câmaras Técnicas conforme a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 108/19, de 13/12/2019, que aprova os Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para o período 2020/2021 e dá outras providências, além das atividades da revisão do Plano de Bacias, manutenção do site dos Comitês PCJ e as reuniões plenárias previstas para o ano de 2020; d) Em 29 de janeiro, foi realizada reunião a respeito do Plano Estadual de Recursos Hídricos 2020-2023, em São Paulo. A Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) solicitou que os CBHs encaminhassem ações a serem realizadas que extrapolem a UGRHI de atuação para incorporação ao Plano Estadual, que está em processo de elaboração. Assim, no dia 18 de fevereiro, na FABH-SMT, em Sorocaba/SP, foi realizada a 5ª Reunião das Secretarias Executivas dos CBHs da Bacia do Rio Tietê. O objetivo da reunião foi detalhar as ações que constam do Plano de Ações Coletivas e Solidárias dos CBHs da Bacia do Rio Tietê, aprovado pela Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 328/2019, de 06/09/2019, bem como por deliberações de todos os demais CBHs da bacia. O detalhamento harmonizou ações, e o próximo passo é a composição de GTs para desenvolvimento das propostas; e) A Coordenadoria de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRHi) se reuniu no dia 06 de fevereiro, em São Paulo, com as equipes das Secretarias Executivas dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo. Dentre os itens de pauta, constaram discussões sobre o PROCOMITÊS e o aprimoramento do anexo da Deliberação CRH nº 146/2012, que trata dos critérios, os prazos e os procedimentos para a

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 78ª Reunião Ordinária da CT-PL

Cooperativa Agropecuária de Insumos de Holambra – Holambra/SP– 06/03/2020 – 9h30min

160 elaboração do Plano de Bacia Hidrográfica e do
Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da
Bacia Hidrográfica; **f)** Foi realizada, em 20 de
fevereiro, no Auditório Planeta Água, da DAE
S/A, em Jundiaí/SP, Audiência Pública da Revisão
do Plano de Bacias 2020-2035. O evento contou
com a presença de aproximadamente 130 pessoas
e registrou diversas manifestações sobre as
165 minutas do Sumário Executivo e do Relatório
Final do Plano. As manifestações registradas
foram avaliadas pelos representantes do GT-
Acompanhamento e os pareceres estão
disponibilizados, desde o dia 02 de março, no site
170 da Revisão do Plano de Bacias,
(https://plano.agencia.baciaspcj.org.br/participa_1/audi%C3%A2ncias-p%C3%BAblicas).
No dia 20/03/2020 serão publicadas versões
revisadas do Sumário Executivo e do Relatório
175 Final do Plano, para apreciação em reunião
conjunta da CT-PB com a CT-PL, prevista para o
dia 27/03/2020. **2.2. da Agência das Bacias PCJ:**
o Sr. André passou a palavra ao Sr. Sergio Razera,
Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ que
180 informou que: **a)** O Conselho Fiscal da Agência
das Bacias PCJ reuniu-se no dia 02 de março no
auditório do Museu da Água, em Piracicaba/SP
para a análise da prestação de contas das ações
desenvolvidas pela entidade ao longo de 2019. Os
185 membros avaliaram a prestação de contas e os
demonstrativos contábeis, recomendando sua
aprovação pelo Conselho Deliberativo. A reunião
do Conselho Deliberativo está agendada para
acontecer no dia 09 de março, também no
190 auditório do Museu da Água, em Piracicaba/SP;
b) Na sequência, o Sr. Sergio Razera convidou a
Sra. Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira
(ASSEMAE) para tratar do Projeto Realidade
Virtual dos Comitês PCJ (PCJ Virtual), cujo
195 lançamento ocorrerá no dia 22 de março, Dia
Mundial da Água, no Parque Taquaral, no
município de Campinas/SP. O projeto percorrerá
24 (vinte e quatro) municípios das Bacias PCJ
levando informações sobre a preservação dos
200 recursos hídricos por meio da realidade virtual e
está sendo acompanhado pela Câmara Técnica de
Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ.
O projeto conta com patrocínio da SANASA
Campinas e da DAE S/A de Jundiaí/SP e está
205 aberto para participação de outras instituições
interessadas; **c)** Na sequência, o Sr. Sergio passou
a palavra para a Sra. Elaine Franco de Campos,
Coordenadora de Projetos da Agência das Bacias

PCJ, que informou sobre a conclusão de 2 (dois)
210 projetos executados por meio da cobrança pelo
uso da água. São eles: **i.** o Plano de
Monitoramento Quali-Quantitativo das Águas
Subterrâneas das Bacias PCJ, sob o Contrato nº
047/2018, no valor de R\$ 721.151,28 (setecentos
215 e vinte e um mil, cento e cinquenta e um reais e
vinte e oito centavos) e que foi acompanhado pela
Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS).
Este projeto tem sua versão digital disponível para
download no site da Agência das Bacias PCJ
220 (<http://www.agencia.baciaspcj.org.br/>); e, **ii.** o
Serviço de Limpeza da Calha do Rio Atibainha,
sob o Contrato nº 017/2019, no valor de
R\$ 749.993,32 (setecentos e quarenta e nove mil,
novecentos e noventa e três reais e trinta e dois
225 centavos) e que foi acompanhado pela Câmara
Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-
MH). O serviço foi de limpeza de
aproximadamente 27 km (vinte e sete
quilômetros) da calha do Rio Atibainha, e teve
230 como objetivo melhorar o escoamento das águas
no rio, desde a barragem do Reservatório do Rio
Atibainha, até a formação do Rio Atibaia. **2.3. dos
Membros dos Comitês:** na sequência, o Sr.
André franqueou a palavra para que os demais
235 membros pudessem fazer seus informes: **a)** O Sr.
Sidney José da Rosa, representante da Associação
de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de
Santana (BIOSS) e secretário-executivo do CBH-
PJ1, informou que o Instituto Mineiro de Gestão
240 das Águas (IGAM) está estudando uma proposta
de remodelação da divisão das Unidades de
Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos
(UPGRHs), no Estado de Minas Gerais, que
pretende diminuir o número de unidades, havendo
245 a possibilidade de que a UPGRH PJ1, referente à
área de atuação o do CBH-PJ1, seja agrupada em
outra unidade contígua, o que trará dificuldades
para o processo de integração dos Comitês PCJ, já
que as unidades contíguas não possuem ligação
250 com a Bacia do Rio Piracicaba. Informou também
sobre o uso dos recursos da cobrança pelo uso da
água na porção mineira das Bacias PCJ que,
conforme processo acordado com o Instituto
Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), serão
255 repassadas para os 5 (cinco) municípios mineiros
para custeio de Programas de Pagamentos por
Serviços Ambientais (PSA) existente em cada
município. O valor disponível atual está em
R\$ 1.035.000,00 (um milhão e trinta e cinco mil
260 reais). Por fim, o Sr. Sidney solicitou também a

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 78ª Reunião Ordinária da CT-PL

Cooperativa Agropecuária de Insumos de Holambra – Holambra/SP– 06/03/2020 – 9h30min

reconsideração dos membros para que possa ser revisto o prazo mínimo de 10 (dez) dias para agendamento de veículos para transporte dos membros das entidades mineiras para reuniões da CT-PL e dos Plenários dos Comitês PCJ, e que está sendo realizado trabalho no CBH-PJ1 com foco no aumento da participação de entidades mineiras nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; **b)** Na sequência, o Sr. Rodrigo Hajjar Francisco, representante do Fórum das Américas, informou sobre sua participação na 1ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), realizada em Curitiba/PR nos dias 03 e 04 de março de 2020, e comunicou que: **i.** foi definido que o XXII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB) acontecerá entre os dias 12 e 16 de outubro de 2020 em Curitiba/PR, e terá como foco aumentar a participação dos comitês no evento; **ii.** o Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas (FPCBH) receberá ofício do FNCBH solicitando contribuições dos Fóruns Estaduais para que o FNCBH possa ampliar sua atuação de modo a ampliar a integração dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **iii.** a próxima reunião ordinária do FNCBH deverá acontecer entre os dias 01 e 02 de dezembro de 2020 nas bacias PCJ, possivelmente no município de Campinas/SP. Não havendo mais informes, o Sr. André deu prosseguimento à pauta da reunião. **3. Aprovação da Ata da 77ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), realizada no Consórcio PCJ, em Americana/SP, em 13/11/2019:** o Sr. André questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da referida ata. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. André abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo. Não havendo manifestações, o conteúdo da ata foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade, sem alterações. **4. Apreciação de minuta de deliberação que referenda Ato do Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL:** O Sr. André apresentou a minuta de deliberação que referenda o ato do presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, consignado nos termos da Deliberação Conjunta *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 100/19, de 06/12/19, que alterou a Deliberação dos Comitês PCJ nº 128/11, de 23/09/2011, reti-ratificada em 31/03/2017, que “altera a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 091/08, que estabelece prazos para os contratos

financiados com recursos FEHIDRO e Cobranças PCJ e dá outras providências”, adequando a redação da alínea “c”, do inciso II do artigo 1º, pois como constava havia, equivocadamente, atribuição ao Agente Técnico da função de firmar contrato de transferência, sendo que esta é competência do Agente Financeiro. Com base na alteração na alínea “c” descrita, houve a necessidade de acrescentar uma alínea “d”, atribuindo ao Agente Financeiro prazo para firmar contrato de transferência, sendo este prazo de 30 dias a contar da data do Laudo de Análise de Engenharia (LAE) de aprovação do empreendimento, por parte do Agente Técnico, verificando o atendimento a todos os requisitos para a emissão e assinatura do contrato de transferência. Explicou também que a definição de Agente Técnico e Agente Financeiro faz-se necessária porque embora a instituição responsável seja a mesma, a saber, a Caixa Econômica Federal (CAIXA), as equipes são distintas, e a redação conforme constava anteriormente subentendia ser a mesma equipe. Após os esclarecimentos, o Sr. André abriu a palavra aos membros para manifestações. Não havendo, submeteu a minuta de deliberação que referenda ato do presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL à votação, sendo aprovada por unanimidade, recomendando sua aprovação pelos plenários dos Comitês PCJ, prevista para abril de 2020; **5. Apresentação do Relatório Técnico “Acompanhamento do Atendimento às Metas de Atualização do Enquadramento em Trechos do Rio Jundiá”:** o Sr. André informou que o Relatório Técnico “Acompanhamento do Atendimento às Metas de Atualização do Enquadramento em Trechos do Rio Jundiá” foi elaborado por equipe formada por técnicos do Departamento de Água e Energia Elétrica do estado de São Paulo (DAEE), Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e Fundação Agência das Bacias PCJ, em atendimento ao artigo 3º, da Deliberação CRH nº 202, de 24 de abril de 2017, que “referenda a proposta de alteração da classe de qualidade do Rio Jundiá, em determinados trechos, de Classe 4 para Classe 3, contida na Deliberação dos Comitês PCJ nº 261/16, de 16/12/2016”. A seguir, justificou a ausência, por motivo de compromissos assumidos anteriormente, de técnicos da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e esclareceu que esta apresentação se

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 78ª Reunião Ordinária da CT-PL

Cooperativa Agropecuária de Insumos de Holambra – Holambra/SP– 06/03/2020 – 9h30min

365 trata de atendimento à Deliberação CRH nº
202/2017, cujo Art. 3º prevê que seja emitido, a
cada dois anos, relatório técnico a ser
encaminhado aos Comitês PCJ e ao CRH. Na
sequência, passou à apresentação do relatório, o
370 qual já havia apresentado em Reunião
Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos
Hídricos (CRH) no dia 20 de dezembro de 2019.
O relatório contém resultados de monitoramento
em 5 (cinco) pontos do Rio Jundiá, onde foram
375 analisados os seguintes parâmetros: Demanda
Bioquímica de Oxigênio (DBO), Oxigênio
Dissolvido (OD), coliformes termotolerantes,
fósforo total e nitrogênio amoniacal, sendo este
último o parâmetro que recebeu especial atenção
380 na Deliberação CRH nº 202/2017. O presente
relatório é uma revisão de uma primeira proposta
elaborada em abril de 2019, elaborada a partir da
avaliação e sugestões do Comitê Coordenador do
Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI) em
385 reunião realizada em 24/09/2019. As análises
realizadas nos anos 2016, 2017 e 2018
apresentaram boa adequação no OD, atendimento
na maior parte do tempo da DBO, sendo que no
ano de 2018 apresentou piora por conta de baixos
390 níveis de precipitação na bacia e ocorrência de
eventos de lançamento de esgoto no rio; quanto ao
nitrogênio amoniacal, os níveis requeridos foram
atendidos, mas o mesmo não aconteceu com o
fósforo total, o que demonstra necessidade futura
395 de implementação de tratamento terciário nas
Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) situadas
na bacia; já para os níveis de *Escherichia coli* (*E.
coli*), há ainda um grande desafio a ser enfrentado,
assim como o parâmetro do fósforo total, tendo as
400 metas previstas na Deliberação para atendimento
até o ano de 2035. Na análise por ponto de
monitoramento do rio vê-se um aumento
significativo da DBO que pode ser explicado pela
queda nas chuvas em 2018. Visando a manutenção
405 do enquadramento do rio, várias ações foram
pactuadas pelos atores da bacia com destaque para
ampliação da coleta de esgoto em Campo Limpo
Paulista/SP e Várzea Paulista/SP, ampliação de
ETE em Indaiatuba/SP e melhoria no tratamento
410 de efluentes da empresa ECTX, em Salto/SP.
Como recomendações, o relatório apresenta a
ampliação do sistema de saneamento dos
municípios a montante na bacia; a manutenção
adequada das estruturas de coleta e afastamento de
415 esgoto para evitar vazamentos; incremento de
operação de ETES em alguns municípios e

integração com as propostas contidas na revisão
do Plano das Bacias PCJ. Após a apresentação, o
Sr. André informou que o objetivo foi apresentar
420 e esclarecer aos membros da CT-PL o
acompanhamento do cumprimento das metas do
enquadramento do Rio Jundiá, não havendo
nenhuma questão a deliberar. Na sequência, abriu
a palavra aos membros. Não havendo
425 manifestações, deu-se sequência à pauta; **6.
Apreciação das Declarações Corporativas e
Análise SWOT dos Comitês PCJ elaboradas no
âmbito do GT-Planejamento Estratégico:** O Sr.
André passou a palavra para o Sr. Merandolino
430 Boaventura de Santana Neto, representante da WS
Consultores, consultoria contratada pela Agência
das Bacias PCJ para elaboração do Planejamento
Estratégico dos Comitês PCJ, que apresentou aos
presentes os trabalhos realizados pelo GT-
435 Planejamento Estratégico, criado pela Câmara
Técnica de Planejamento em sua 76ª Reunião
Ordinária, em 06/09/2019, em Campinas/SP. O Sr.
Santana informou que desde setembro de 2019
foram realizadas 8 (oito) reuniões do GT-
440 Planejamento Estratégico, nas quais foram
elaboradas as Declarações Corporativas e a
Análise SWOT dos Comitês PCJ. Após a
elaboração destes produtos, foi realizada uma
Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas para
445 apresentação dos resultados do trabalho do GT,
que aconteceu no dia 20 de fevereiro de 2020, no
Auditório Planeta Água, da DAE em Jundiá/SP,
contando com a participação de 90 (noventa)
pessoas, representando as Câmaras Técnicas. Na
450 sequência, passou a apresentação dos produtos aos
presentes: **a) Missão dos Comitês PCJ:** deliberar
ações, de forma participativa, para a
implementação de políticas de recursos hídricos
nas Bacias PCJ, contribuindo para a melhoria da
455 qualidade de vida da sociedade; **b) Visão de
futuro para 2035 dos Comitês PCJ:** ser
excelente na prática e na construção de políticas
voltadas aos recursos hídricos nas Bacias PCJ; **c)
Valores dos Comitês PCJ:** comprometimento
460 com a sustentabilidade hídrica; gestão
participativa, integrada e democrática; soluções
eficazes e inovadoras; e transparência nas
decisões. Na sequência, o Sr. Santana apresentou
a Análise SWOT dos Comitês PCJ. A Análise
465 SWOT avalia os pontos fortes (*strengths*), os
pontos fracos (*weaknesses*), as oportunidades
(*opportunities*) e as ameaças (*threatens*) de uma
organização. Para os Comitês PCJ, são os

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 78ª Reunião Ordinária da CT-PL

Cooperativa Agropecuária de Insumos de Holambra – Holambra/SP– 06/03/2020 – 9h30min

seguintes: **a) Pontos fortes:** i) Estrutura organizacional e fluxos de tomada de decisão bem definidos e transparentes; ii) Diversidade de atores qualificados e comprometidos com a missão dos Comitês PCJ, fortalecendo o processo de decisão; iii) Busca pelo consenso como prioridade na construção das deliberações; iv) Resiliência e capacidade de aprimoramento contínuo de procedimentos em resposta a inovações e ao contexto externo; v) Plano das Bacias PCJ qualificado e consolidado como eixo norteador dos processos de discussão e deliberação; vi) Constante contribuição para o aprimoramento dos sistemas de gestão dos recursos hídricos; vii) Agência PCJ estruturada, eficiente, em constante evolução institucional e integrada às discussões e deliberações dos Comitês PCJ; **b) Pontos fracos:** i) Comunicação interna insuficiente sobre o papel organizacional dos Comitês; ii) Dificuldade de entendimento do sistema pelos membros em função de sua complexidade; iii) Eventual falta de comprometimento por parte de membros com a execução de decisões colegiadas; **c) Oportunidades:** i) Conscientização da sociedade sobre os efeitos das mudanças climáticas estimula a importância do tema da segurança hídrica; ii) Evolução das tecnologias de geração, armazenamento e transmissão de informações e dados permitem maior agilidade nas tomadas de decisão e acesso à sociedade; iii) Ações de atores externos que fomentam a integração da gestão de recursos hídricos com outras políticas públicas e setoriais relacionadas; iv) Existência de potenciais parceiros e fontes de recursos relacionados à Missão dos Comitês PCJ; **d) Ameaças:** i) A falta de continuidade das agendas e alternância de governos impactam o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos; ii) A limitação de recursos financeiros compromete o funcionamento dos Comitês PCJ; iii) As políticas diferenciadas de MG, SP e União dificultam a gestão integrada de recursos hídricos nas Bacias PCJ; iv) O aumento da frequência e da intensidade dos eventos extremos (cheias e estiagem) dificultam a gestão de recursos hídricos; v) A falta de interesse das instituições diminui a participação e a renovação de representantes nos Comitês. Após a apresentação, o Sr. André abriu a palavra aos membros para manifestações. O Sr. Fernando Ruiter, representante da Cooperativa Agropecuária de Insumos de Holambra, relatou sobre o incremento dos processos de governança e

transparência requerido das instituições públicas e privadas, e que este trabalho demonstra o esforço dos Comitês PCJ em buscar transparência e *accountability*. O Sr. Petrus Bartholomeus Weel, representante da Prefeitura Municipal de Holambra e coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) questionou sobre quais serão as próximas etapas da elaboração do planejamento estratégico dos Comitês PCJ. O Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Agência das Bacias PCJ, respondeu que a próxima fase será a realização de avaliação de cada câmara técnica em específico e que a Secretaria Executiva passará mais informações posteriormente. O Sr. Michele Consolmagno, representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP - DR Bragança Paulista) questionou sobre como atuar para conter a eventual redução do comprometimento do poder público quando das trocas de governo. O Sr. André respondeu que esta é uma das preocupações dos Comitês PCJ, constando nas ameaças levantadas na Análise SWOT, e que têm sido buscadas soluções para reduzir o impacto das ameaças. Na sequência, o Sr. Ivens de Oliveira explicou que a elaboração do planejamento estratégico dos Comitês PCJ atende ao indicador 5B das metas do Segundo Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, celebrado entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Agência das Bacias PCJ, e que processo semelhante foi realizado no âmbito da Agência das Bacias PCJ em 2016. Explicou também que durante o ano de 2020 serão desenvolvidas análises para cada Câmara Técnica em específico e elaborado e implantado o Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ, com horizonte para o período 2021-2024, baseado na metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC) para definir as suas metas e estratégias, visando medir o desempenho institucional por meio de indicadores quantificáveis e verificáveis. Após as manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de deliberação que aprova as Declarações Corporativas dos Comitês PCJ de Missão, Visão de Futuro, Atributos da Visão de Futuro e Valores, e a Análise SWOT, à votação, sendo aprovada por unanimidade; **7. Apreciação do Guia Prático para Desenvolvimento de Planos de Segurança da Água:** Na sequência, o Sr. André convidou a Sra. Luciana de Souza, representante do Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia do

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 78ª Reunião Ordinária da CT-PL

Cooperativa Agropecuária de Insumos de Holambra – Holambra/SP– 06/03/2020 – 9h30min

Corumbataí (IPSA-C) e coordenadora-adjunta da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) que apresentou aos presentes o processo histórico de construção da proposta de um guia prático para o desenvolvimento de Planos de Segurança da Água (PSA), cujo início se deu em 2012, com a formação de projetos piloto em municípios selecionados, a saber, Santa Bárbara D'Oeste/SP, Ipeúna/SP e Cordeirópolis/SP. Com o desenvolvimento dos trabalhos, foi verificada a necessidade de ampliação do projeto. Assim, foi celebrado contrato entre a Agência das Bacias PCJ e a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológica da Engenharia (FDTE) para elaboração de um guia prático que subsidiasse os municípios das Bacias PCJ na elaboração de seus Planos de Segurança da Água. Na sequência, o Sr. André passou a palavra ao Sr. José Carlos Mierzwa, professor da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador do Centro Internacional de Referência em Reuso de Água (CIRRA), que foi o coordenador da equipe responsável contratada pela Agência das Bacias PCJ para elaboração do Guia Prático para elaboração do Plano de Segurança da Água. Fazem parte da equipe os senhores José Carlos Mierzwa, José Manoel Pereira Vieira, Luana Di Beo Rodrigues, Maurício Costa Cabral da Silva e Roseane Maria Garcia Lopes de Souza. O Sr. Mierzwa iniciou a apresentação informando que o guia tem como objetivo fornecer aos responsáveis pelos sistemas de abastecimento de água, independentemente do seu porte, diretrizes gerais para a elaboração, implantação, manutenção e verificação de um PSA, a fim de garantir que a água distribuída não ofereça risco à saúde pública e apresente padrões de qualidade uniformes e de acordo com as exigências da legislação vigente. Ressaltou que o Plano de Segurança da Água tem como objetivo assegurar, de forma consistente, a segurança e a aceitação da água para abastecimento público. O Guia apresenta a estruturação de um PSA com vistas a garantir a segurança do abastecimento de água antes do sistema de abastecimento de água (SAA), por meio do uso de uma metodologia integrada de avaliação e gestão de riscos. Essa estrutura deriva do processo de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APCC) estabelecido na indústria alimentícia, que possui sequência estabelecida de avaliação de pontos críticos de controle e princípios para seu desenvolvimento. Esta sequência passa pela

625 formação da equipe, estabelecimento de responsabilidades, elaboração de cronograma e levantamento dos dados, documentais ou de campo. Com base nessas informações, um fluxograma do processo deve ser elaborado para que possibilite a avaliação do sistema existente, a identificação de pontos críticos de controle (PCC) e para validação das informações. Os PCCs são avaliados conforme árvores de decisão, identificando medidas de controle e monitoramento operacional, sejam eles em manancial, reservatório, sistema de tratamento ou rede de distribuição. Um plano de ação deverá ser estabelecido com objetivo de reduzir o risco associado ao perigo identificado. Um Plano de Emergência e/ou Contingência deverá ser elaborado para atuar rapidamente em ações não planejadas, sejam elas naturais, tecnológicas ou humanas. As ações devem dispor de um cronograma de implantação. O Sr. Mierzwa informou que o relatório apresentado também traz diretrizes para a formação de equipes que implantarão o PSA e exemplos de PCCs que possam existir nos SAA. O guia apresenta também exemplos de planos de ação para acompanhamento de PCCs. Por fim, destacou que o PSA é uma ferramenta dinâmica e que busca o aprimoramento contínuo das ações necessárias para garantir a qualidade da água para abastecimento público. Após a apresentação do Sr. Mierzwa, o Sr. André abriu para manifestações. O Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, reforçou os benefícios que o desenvolvimento e a implementação de Planos de Segurança da Água trarão para a integração das diversas áreas das empresas de saneamento, envolvendo os técnicos responsáveis pelo monitoramento do manancial e tratamento, armazenamento e distribuição da água tratada, e parabenizou a todos os envolvidos no processo de elaboração desta proposta, em especial aos membros da CT-SAM. A professora Dejanira F. de Angelis, representante do IPSA-C e do Rotary Cidade Azul, parabenizou o trabalho da equipe responsável pelo didatismo do Guia, que proporcionará o aumento de seu alcance, e a importância de se atuar prioritariamente no processo de prevenção à contaminação da água. Na sequência, o Sr. André submeteu a minuta de deliberação que aprova o Guia Prático para Desenvolvimento de Planos de Segurança da Água, a ser divulgado aos operadores de sistemas

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 78ª Reunião Ordinária da CT-PL

Cooperativa Agropecuária de Insumos de Holambra – Holambra/SP– 06/03/2020 – 9h30min

de abastecimento público de água localizados nas Bacias PCJ à votação, sendo aprovada por unanimidade; **8. Alteração da Atividade nº 03 da Categoria C, do Plano de Trabalho da Câmara Técnica do Plano de Bacias – CT-PB:** Na sequência, o Sr. André apresentou o Ofício CT-PB nº 003/2020, endereçado à Secretaria Executiva, por meio do qual a Câmara Técnica de Plano de Bacias indicou a necessidade de se alterar a Atividade 3 do Plano de Trabalho da referida Câmara, conforme aprovado pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 108/2019. Durante a 85ª Reunião Ordinária da CT-PB, realizada em 22/01/2020, entendeu-se que na implementação da “Atividade 3”, que trata da elaboração de relatório sobre avanços, desafios e perspectivas sobre o enquadramento dos corpos d’água superficiais nas Bacias PCJ, poderiam ser alcançados os objetivos pretendidos pelas Oficinas 1 e 2 realizando-se apenas uma oficina. Além disso, visando harmonizar mais adequadamente a realização das ações previstas nesta atividade com as das outras (Atividade 1 e 2), foi proposta a alteração no seu prazo de realização. O Sr. André informou que uma vez que os planos de trabalho das CTs são aprovados por deliberação, alterações porventura necessárias que não sejam previstas demandam, igualmente, que os plenários deliberem a respeito. Após os esclarecimentos, o Sr. André abriu a palavra aos membros para manifestações. Não havendo, submeteu a minuta de deliberação que altera a Atividade 3 do Plano de Trabalho para o período 2020/2021 da Câmara Técnica do Plano de Bacias constante do Anexo I da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 108/2019 à votação, sendo aprovada por unanimidade; **9. Criação do GT-Critérios 2021:** Na sequência, o Sr. André apresentou a proposta de constituição do Grupo de Trabalho de Critérios (GT-Critérios), responsável por definir cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada e Demanda Espontânea visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Compensação Financeira/royalties e das Cobranças PCJ (federal e paulista) pelo uso dos recursos hídricos, exercício 2021. Após as explicações, o Sr. André solicitou que se manifestassem os interessados em participar do GT-Critérios. Após as manifestações, aprovou-se, por unanimidade, que o grupo será composto pelos representantes das seguintes entidades: Sindicato Rural de Rio Claro, Associação Nacional dos

Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Prefeitura Municipal de Toledo/MG, Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), Consórcio PCJ, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), Secretaria Executiva dos Comitês PCJ e Agência das Bacias PCJ; **10. Criação do GT-Eleições 2021-2023:** O Sr. André informou sobre a necessidade da criação do GT-Eleições, para dar início à organização do processo eleitoral do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL que ocorrerá em 2021 e abriu a palavra para a manifestação dos interessados em compor esse grupo. O Sr. André informou da necessidade de formação do grupo no momento visando tranquilidade nos trabalhos e cumprimento dos prazos. Após as manifestações, ficou composta e aprovada por unanimidade a composição do GT-Eleições 2021 com os seguintes membros: Rotary International – D4590, Sindicato Rural de Rio Claro, Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Coordenação da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA), Fórum das Américas, Secretaria Executiva dos Comitês PCJ e Agência das Bacias PCJ; **11. Alteração de agenda da CT-PL:** Na sequência, o Sr. André lembrou a todos que a 79ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) está pré-agendada para o dia 8 de maio, dias após a data de realização da 10ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), que está prevista para 28 de abril. Assim, questionou aos membros sobre a possibilidade de alterá-la para o dia 29 de maio, considerando a proximidade com a reunião do dia 28 de abril e a necessidade de uma reunião da CT-PL ocorrer anteriormente à reunião dos plenários dos Comitês PCJ agendada para junho de 2020. A proposta foi discutida pelos presentes e aprovada por unanimidade. Pelo mesmo motivo, faz-se necessário repensar a data da 80ª Reunião Ordinária da CT-PL, agendada para 03 de julho, uma vez que a reunião plenária dos Comitês PCJ está planejada para acontecer no final de junho. O Sr. André abriu para discussão e foi aprovada a proposta de cancelamento desta reunião, e, havendo demandas por deliberação, reunião extraordinária poderá ser chamada; **12. Encerramento:** Não havendo mais nada a tratar,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 78ª Reunião Ordinária da CT-PL

Cooperativa Agropecuária de Insumos de Holambra – Holambra/SP– 06/03/2020 – 9h30min

o Sr. André agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

André Luiz Sanchez Navarro
Coordenador-adjunto da CT-PL